

Literacia Mediática e Cidadania. Perfis de estudantes universitários da Grande Lisboa: Enquadramento teórico-conceptual, questões metodológicas e operacionais

PAULA CRISTINA DO ROSÁRIO LOPES

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, CIES-IUL, Lisboa, Portugal

paulalopes@netcabo.pt

Resumo:

A importância da literacia mediática e da sua relação com questões de inclusão social e com o exercício de uma cidadania activa e plena tem vindo a ser destacada (e reconhecida) desde a década de 80 do século XX, numa relação directa com a incontornável presença e influência dos media e das suas mensagens na sociedade da informação e do conhecimento. Analisar essa importância e essa relação entre competências de literacia mediática e práticas e atitudes de cidadania é o problema de investigação a que "Literacia Mediática e Cidadania: Perfis de estudantes universitários da Grande Lisboa" pretende dar resposta. A operacionalização da pesquisa tem por base uma estratégia metodológica de tipo quantitativo-extensivo, envolvendo um inquérito por questionário e uma prova de literacia mediática a aplicar a estudantes do 1º ciclo (licenciatura) do ensino superior público universitário, inscritos em estabelecimentos de ensino da Grande Lisboa no ano lectivo 2010-2011. Este documento enquadra e apresenta o projecto, as suas principais questões de investigação, objectivos, modelo e procedimentos metodológicos, e pretende contribuir para a produção de conhecimento científico adicional nestes domínios de investigação (Literacia Mediática, Cidadania, Ensino Superior), tanto na área científica da Sociologia como na das Ciências da Comunicação.

Palavras-chave:

Literacia Mediática, Cidadania, Ensino Superior, Media, Sociedade da Informação.

Introdução

Avaliar as competências de literacia das populações tem-se tornado uma preocupação crescente nas últimas décadas. O conceito, introduzido no jargão das ciências sociais e humanas nos

anos 70 do século XX, põe em evidência saberes “em uso”, faz parte do sistema de disposições que orientam a acção dos sujeitos (Lahire, 2003), é competência-base do exercício da análise simbólica e da reflexividade (Ávila, 2008a: 41).

A investigação sobre literacia, cada vez mais frequente e mais global/transnacional, tem vindo a revelar factos tão interessantes quanto inesperados. Disso são exemplos (incontornáveis) o primeiro estudo de literacia aplicado nos Estados Unidos da América, célebre pelas fortes reacções de consternação que motivou e pela declaração “A Nation at Risk”, de 1984; e a recusa da França em autorizar a publicação dos (seus) resultados do primeiro International Adult Literacy Survey (IALS), por considerar que os dados não eram fidedignos nem reflectiam os níveis de literacia da sua população, questionando a sua validade.

Em Portugal, os baixos níveis de literacia da população são conhecidos desde o primeiro grande estudo de âmbito nacional – em rigor, o grande responsável pela vulgarização do conceito junto da opinião pública, no espaço público –, “A Literacia em Portugal: Resultados de Uma Pesquisa Extensiva e Monográfica”. Coordenado por Ana Benavente em meados dos anos (19)90, veio mostrar que “muitos adultos têm sérias dificuldades de processamento da informação escrita, que lhes diminuem a capacidade de participação na vida social, em planos como o exercício da cidadania, das possibilidades profissionais e do acesso à cultura” (Benavente et al, 1996: 396). Estes dados foram actualizados (e confirmados) ainda na década de 19(90) com a participação de Portugal no primeiro estudo internacional de literacia: o já referido IALS. O estudo veio revelar “um perfil de competências de literacia preocupante, mas não surpreendente” (Sebastião et al, sd: 15). Mais recentemente, a investigadora Patrícia Ávila – socióloga coordenadora da equipa nacional envolvida no PIAAC (2008-2013) – escreve, a propósito dos resultados disponibilizados no relatório final do IALS (em 2000, OCDE e Statistics Canada) e que colocam cerca de 80 por cento da população portuguesa abaixo do nível 3 de literacia (o nível mínimo para responder adequadamente às exigências sociais): “os défices de escolarização que afectam a grande maioria da população são reforçados e agravados por níveis de literacia desses mesmos indivíduos ainda mais baixos do que seria de prever” (Ávila, 2008b: 308).

Como sabemos, ao longo dos anos, a explicação destes baixos níveis de competências tem passado por uma associação simples e directa aos baixos níveis de escolarização da população portuguesa. Mas se, por um lado, parece claro que a escolaridade é a principal determinante em questões de competências de literacia (Ávila, 2007: 39), por outro lado, também parece evidente que, em rigor, e como já percebemos, a escolarização não corresponde de forma linear e absoluta a bons (ou até mesmo suficientes) níveis de literacia. A posse de um diploma não reflecte simples e absolutamente o perfil de literacia do seu detentor: a referência parece ser, então, o “contexto da vida quotidiana”. Pensemos a escola como a instituição social onde se adquirem competências de literacia básicas, pensemos a esfera pública como o palco onde essas competências se reforçam e continuamente se desenvolvem, ao longo da vida.

Com o passar do tempo, o conceito de literacia foi ganhando centralidade na sociedade da informação e do conhecimento, e exigindo maior concretização de sentido. A sua assimilação pelas várias áreas científicas das Ciências Sociais e Humanas, como as Ciências da Comunicação, fez emergir novos domínios de investigação mais ou menos especializados. Hoje, uma revisão da literatura científica de referência reflecte essa ampliação, denuncia uma panóplia de ‘literacias’ – que se definem e concretizam pela ligação a factores sociais, tecnológicos, económicos... –, oportunamente designadas “multiliteracias” (Selber, 2004) ou “novas literacias” (Kist, 2005), como é o caso da “literacia informacional”, da “literacia digital”, da “literacia multimédia” ou da “literacia mediática”.

Literacia mediática

Para além da família e da escola (as caixas-negras de socialização e educação dos indivíduos), os media são um elemento determinante dos comportamentos e atitudes dos cidadãos. É através dos media que “ocorre hoje uma parte significativa do contacto e iniciação à vida social” (Pinto, 1999: 9). E se a comunicação (a produção de sentido) é a principal propriedade do mundo social, a informação é a principal “tecnologia” das sociedades contemporâneas.

A importância da literacia mediática tem sido destacada desde a “Declaração de Grünwald sobre a Educação para os Meios de Comunicação Social”, redigida em 1982. Na última década, encontrou evidência relevante em declarações, relatórios e recomendações de instituições como o Conselho da Europa (2006), a UNESCO – em colaboração com o Conselho da Europa e o Ministério da Educação francês (2007), a Comissão Europeia (2007), o Parlamento Europeu (2008) ou a Comissão das Comunidades Europeias (2009). A mais recente declaração “Brussels Declaration on Lifelong Media Education”, de 18 de Janeiro de 2011, resultou do intenso trabalho de um grupo de especialistas e peritos reunidos em Bruxelas, em Dezembro de 2010, na conferência internacional Media Literacy for All, organizada pelo High Council for Media Education of the French Community of Belgium.

Definida (e “validada”, no último trimestre de 2006, por um grupo de peritos, após consulta pública a especialistas dos estados-membros, tais como organizações e empresas de media, instituições de ensino, fornecedores e produtores de conteúdo, reguladores e associações de cidadãos e consumidores) como “a capacidade de aceder aos media, de compreender e avaliar de modo crítico os diferentes aspectos dos media e dos seus conteúdos e de criar comunicações em diferentes contextos”, é afirmada como uma componente importante das agendas político-económico-sociais (europeia e nacionais). Em declarações, relatórios e recomendações é também afirmada como “factor especialmente importante para o estabelecimento de uma economia do conhecimento mais competitiva e inclusiva”¹, “factor importante para uma cidadania activa na sociedade da informação de hoje”² ou “condição essencial para o exercício de uma cidadania activa e plena, evitando ou diminuindo os riscos de exclusão da vida comunitária”³, na “vida económica, cultural e democrática da sociedade”⁴. No documento da Comissão das Comunidades Europeias, assinado por Viviane Reding em 20 de Agosto de 2009, reconhece-se a urgência em “efectuar estudos de maior escala e a mais longo prazo” e encorajam-se “os projectos de investigação sobre literacia mediática no quadro dos programas existentes” na União Europeia.

O projecto “Literacia Mediática e Cidadania: Perfis de estudantes universitários da Grande Lisboa” foi concebido tendo em conta estas diretrizes.

Enquadramento teórico

As sociedades contemporâneas são sociedades da informação (Lyon; Castells), do conhecimento (Lane; Drucker; Stehr), em rede (Castells), reflexivas (Beck; Giddens; Eisenstadt). São “learning cultures” (Buckingham), são sociedades da(s) literacia(s), sociedades que reclamam a participação e a intervenção do indivíduo na esfera pública.

Como temos vindo a destacar, o conceito de literacia (nomeadamente mediática) remete, implicitamente e enquanto condição básica estruturante e estruturadora, para outros conceitos como reflexividade, participação (na pólis), envolvimento cívico, cidadania. Esse conjunto de competências (ou melhor, a posse ou não de um conjunto de competências) afecta o processo de construção e afirmação do ser humano enquanto ser único e individual, mas também enquanto ser social, capaz de se (auto)pensar e de pensar e agir sobre o/no espaço público. A posse (ou não) de competências de

literacia (nomeadamente mediática) é factor de inclusão/exclusão social, causa de diferenciação e motor de desigualdade. A “capacidade reivindicativa, o aumento do espírito crítico, a propensão em aderir a causas políticas e sociais é muito maior naqueles que conseguem utilizar correctamente as suas competências de literacia” (Reis, 1997: 9).

Numa análise mais abrangente, digamos que essa posse tem um “efeito positivo e significativo no crescimento económico dos países” (Ávila, 2008a: 21). Manuel Castells chega mesmo a associar uma “nova pobreza” à ausência de competências para lidar com a sociedade da informação (Gomes, 2003: 63). A formação dos cidadãos passa, então, cada vez mais “pela capacidade de criar pontes entre universos como o da escola e o dos media” (Pinto, 2002: 13).

Educação e cidadania

O conceito de cidadania, ao traduzir uma noção ampla de participação na vida pública, consagra o ‘direito a ter direitos’ e um desses direitos é a educação.

A educação (ou melhor, a escolaridade), para além de determinante em questões de literacia (como já salientado), também o é enquanto factor para a estruturação das orientações sociais (Casanova, 2004): uma “escolarização com êxito apresenta-se como condição ‘sine qua non’ para o exercício de todos os direitos” (Enguita, 2007: 68). A educação é “um dos mais poderosos instrumentos de mudança”, assume Frederico Mayor, director-geral da UNESCO, no prefácio de “Seven Complex Lessons in Education for the Future” (Morin, 1999).

A escola é um espaço público de cidadania: contribui para o processo de construção do cidadão e para a sua integração e participação na esfera pública. Em rigor, o conhecimento científico é efeito e condição de mudança, capacidade de reflectir criticamente e de ir além da informação (Enguita, 2007: 57). Na mesma linha, Nico Stehr sublinha que o “conhecimento para a acção”, presente em todas as esferas da vida, pode ser visto como recurso cultural das sociedades actuais, convertendo-se em “capacidade para a acção”.

A este aumento do poder dos indivíduos (enquanto cidadãos) corresponde a capacitação para o exercício da liberdade (Mozzicafreddo, 1997: 194). Este “poder dos cidadãos” – já nomeado “o quinto poder” por Ignacio Ramonet, traduzindo a ideia de uma cidadania esclarecida capaz de regular o “quarto poder”, o dos media – investe-se de especial e paradigmática importância no século XXI.

Educação para os media

Os media já não formam a nossa cultura: os media são a nossa cultura (Thoman e Jolls, 2004: 1). A realidade comunicada pelos media é uma realidade socialmente construída, que pode assumir múltiplas formas e sentidos. Numa sociedade mediática, “os próprios mass media criam a capacidade de ‘ler’ o social. Eles mediatizam a verdade das coisas” (Oliveira, 1988). A informação mediatizada (a ‘tecnologia’ das sociedades da literacia) ‘alimenta’ a reprodução, o controlo, a legitimação e a dominação sociais; a informação mediatizada corresponde a uma “forma particular de conhecimento social partilhado, funcionando efectivamente como fonte de explicações e convicções que enquadram a relação com a realidade e orientam a acção social” (Negreiros, 2004: 31). O jornalismo moderno, intrinsecamente ligado à liberdade e à democracia, apoia-se em ideias de intervenção cívica e política. Habermas afirma a cidadania como capacidade individual para o processo de formação da opinião no espaço público: o espaço público – incluindo, como é evidente, os media – continua a ser “o lugar” da mobilização cívica e política. É neste contexto que faz todo o sentido investir em educação para os media, incentivar e apoiar fortemente acções e projectos, sejam dentro da escola, pela introdução compulsiva de matérias e práticas educativas no currículo educativo/pedagógico, no

projecto educativo, tornando-a parte integrante da cultura escolar, sejam fora dela, na sociedade civil (e muito em particular pela colaboração com os próprios órgãos de comunicação social). É neste contexto que faz todo o sentido preparar os jovens para que se tornem autores responsáveis pela produção e publicação das suas mensagens, dos seus conteúdos, no espaço público (Reia-Baptista, 2009:164), dotando-os de “autonomia crítica” (Masterman, 1985). A educação para os media está no centro da aquisição de competências de literacia mediática [“a educação para os media é o processo de ensino e aprendizagem acerca dos media; a literacia mediática é o *outcome* – o conhecimento e as competências adquiridas” (Buckingham, 2003: 4)], que vêm permitir aos cidadãos do século XXI aceder, analisar e partilhar conhecimento, intervir (criticamente) política e socialmente no espaço público. A educação para os media pode constituir um forte estímulo ao desenvolvimento das novas competências que a sociedade da informação e do conhecimento exige, “se se for capaz de inscrever essa dimensão no coração das políticas educativas e não apenas como enfeite pedagógico marginal” (Pinto, 1999: 8-9).

A educação para os media é, em rigor, uma ‘abordagem educativa’ no século XXI, um novo paradigma pedagógico. A literacia mediática é, em rigor, uma dimensão da cidadania.

Porquê a população universitária?

A investigação sobre literacia já deixou claro que as competências de literacia tendem a ser mais elevadas entre os indivíduos com maior escolaridade e entre os mais jovens (Costa, Machado e Ávila, 2007). Estas premissas determinaram a opção operacional quanto ao universo de estudo: a população universitária. As razões de tal escolha prendem-se, por um lado, com o facto de os estudantes universitários serem já (e virem a ser, enquanto adultos) importantes actores na esfera da cidadania, designadamente na captação e adesão a tendências globais, e, por outro, com a centralidade crescente da universidade enquanto instituição prioritária de socialização da juventude (Vieira, 2007: 144), com a importância e influência que este sector social terá na sociedade portuguesa num futuro próximo, com a sua maior qualificação e potencial proximidade aos centros de decisão, nomeadamente aos media.

Em Portugal, os estudos sobre orientações e atitudes sociais têm dado conta de um manifesto desinteresse, particularmente dos mais jovens, pela política, pela participação institucional, pela informação, para a acção colectiva, perante o Estado, a Europa e a integração europeia, a democracia, o futuro (Cabral, 1997; Mozzicaffredo, 1997; Cabral, 1998; Pais, 1999; Casanova, 2004). A título de exemplo, refira-se que os resultados de um inquérito aos “Jovens Portugueses de Hoje” (1997) demonstraram taxas de participação e adesão muito baixas: apenas cinco por cento dos jovens portugueses pertenciam, à data, a associações de estudantes e só um por cento a grupos ecologistas (Cabral e Pais, 1998).

Mas a relação entre práticas e atitudes de cidadania e competências de literacia mediática não foi ainda submetida a investigação rigorosa. O questionamento desta relação constitui a principal motivação de “Literacia Mediática e Cidadania: Perfis de estudantes universitários da Grande Lisboa”.

Principais questões de investigação e objectivos

Que competências, atitudes e práticas de literacia mediática e de cidadania caracterizam a população universitária da Grande Lisboa? O desenvolvimento de maior reflexividade (uma função da universidade) reflecte-se num maior consumo mediático? Esse consumo traduz-se em competências de literacia mediática? Há correspondência entre competências de literacia mediática e práticas de cidadania? E que correspondência(s)? Em que campos de intervenção? Que consumos e práticas

culturais (auto)declaram estes alunos? A nível informativo, o que lêem, vêem, ouvem? Por que sites informativos 'navegam'? São membros de redes sociais, escrevem em blogs? Que perfis podem ser identificados?

Estas são algumas das principais questões de investigação a que "Literacia Mediática e Cidadania: Perfis de estudantes Universitários da Grande Lisboa" pretende dar resposta.

Os principais objectivos deste trabalho são identificar vários sub-conjuntos de práticas (de literacia mediática e de cidadania), competências (de literacia mediática) e atitudes (de cidadania) da população universitária; perceber se e como estão relacionadas entre si; identificar, explicar e interpretar perfis-tipo de estudantes do ensino universitário (público) da Grande Lisboa no que respeita à relação entre literacia mediática e cidadania de acordo com características sociográficas.

Como objectivos complementares destaquem-se construir um instrumento metodológico original, de medida directa: a prova de literacia mediática; contribuir para a produção de conhecimento científico adicional no campo das ciências sociais, em geral, e nos domínios de investigação sobre ensino superior, literacia mediática e cidadania, em particular; traçar o retrato de uma geração universitária, potencialmente a mais decisiva e influente das próximas décadas; contribuir para o envolvimento reflexivo das universidades e das associações juvenis na análise destas questões; fornecer informações fundamentadas passíveis de reflexividade (e acção) a nível de políticas públicas.

O modelo teórico

'Literacia' e 'cidadania' são conceitos centrais nas sociedades contemporâneas. O desenvolvimento teórico deste trabalho de investigação tem por base um conjunto de teorias de autores clássicos e contemporâneos das ciências sociais e humanas, muito especialmente da Sociologia e das Ciências da Comunicação.

O modelo teórico assenta em (a) duas macro-dimensões de análise (em rigor os conceitos capitais a operacionalizar: 'literacia mediática' e 'cidadania') que, por sua vez, se desdobram em (b) meso-dimensões de análise (em rigor, as grandes dimensões a operacionalizar em cada conceito), e se especificam em (c) micro-dimensões (em rigor, o conjunto de indicadores a operacionalizar em cada dimensão). Numa analogia às artes eruditas, designemos o palco por "sociedade da informação e do conhecimento", os actores principais por "literacia mediática" e por "cidadania", os actores secundários por "práticas culturais", "consumos mediáticos", "práticas eleitorais" ou "posicionamento ideológico" e os figurantes por "media", "jornais", "rádio", "televisão" ou "associativismo". O argumento/script (o seu 'esqueleto teórico') vem dar consistência a todo o conjunto e ao encenador (o investigador) cabe assegurar a correcta posição de cada um dos elementos no todo. O respeito pela integridade dos actos e das cenas é fundamental, embora a improvisação (alguma serendipidade) possa marcar a diferença em cada apresentação. O mesmo se passa num projecto de investigação.

Uma nota indicativa de explicitação e de enquadramento. Foquemo-nos nas duas macro-dimensões de análise fundamentais. A investigação sobre "literacia mediática" tem vindo a ser desenvolvida, no plano internacional, por autores como David Buckingham, Sonia Livingstone, José Manuel Pérez Tornero, Elizabeth Thoman, Tessa Jolls ou W. James Potter. A nível nacional, destaquem-se os trabalhos de Manuel Pinto, Vítor Reia-Baptista ou Cristina Ponte, mas também Gustavo Cardoso e Rita Espanha. Quanto à "cidadania", na última década estudos muito interessantes têm vindo a ser realizados por Ronald Inglehart, Russel Dalton, Terry Clark, Jeffrey Alexander, Nancy Fraser, Christian Welzel e Axel Honneth. Em Portugal, a consolidação deste domínio de investigação passa por nomes como Juan Mozzicaffredo, Jorge Vala, André Freire, Pedro Magalhães, José Manuel Leite Viegas, Manuel Villaverde Cabral.

Procedimentos metodológicos

A investigação sobre literacia mediática enquadra-se em dois campos de pesquisa autónomos, embora fortemente complementares: o dos estudos quantitativos-extensivos e o dos estudos qualitativos-intensivos. Regra geral, as principais pesquisas nesta área caracterizaram-se pelo recurso a metodologias quantitativas-extensivas, em alguns casos (não muitos) acompanhadas de entrevista pessoal (em profundidade).

O estudo da literacia mediática com base num referencial quantitativo-extensivo procura variáveis que possibilitem a delimitação/enquadramento de 'perfis de literacia'; a investigação assente em metodologias qualitativas-intensivas aspira à compreensão de níveis de literacia do indivíduo em vários contextos da vida quotidiana.

Especificamente em relação a "Literacia Mediática e Cidadania: Perfis de estudantes universitários da Grande Lisboa", a operacionalização da pesquisa empírica inscreve-se numa estratégia metodológica de tipo quantitativo-extensiva, a estratégia que consideramos mais adequada, como tem vindo a ser demonstrado empiricamente pela investigação sociológica. Esta opção prende-se também com o tipo de resultados analíticos a mobilizar, pondo à prova a hipótese orientadora da acção: indagar sobre a existência de relações, estatisticamente verificadas, entre literacia mediática e cidadania.

Tem por base a aplicação de um questionário e de uma prova de literacia mediática a uma turma de estudantes finalistas (alunos inscritos no último ano) de 15 a 20 licenciaturas (1º ciclo), inscritos nas quatro universidades públicas da sub-área geográfica da Grande Lisboa (Clássica, Nova, Técnica, ISCTE-IUL), no ano lectivo 2010-2011. No total, o número de alunos a inquirir situar-se-á entre os 600 e os 750.

O inquérito por questionário

O questionário subdivide-se em três grandes blocos de questões.

O primeiro bloco inclui perguntas de identificação e caracterização de hábitos e práticas culturais e mediáticas, e muito concretamente de consumos mediáticos (práticas declaradas de consumo de imprensa, rádio, tv e web). Para a sua construção foram tomadas em consideração fontes como os principais estudos sobre hábitos de leitura em Portugal ("Hábitos de Leitura em Portugal: Inquérito Sociológico" – 1991/92; "Hábitos de Leitura em Portugal: Um Inquérito à População Portuguesa" - 1997; "A Leitura em Portugal" - 2007), os estudos do Observatório da Comunicação ou os questionários do Media Literacy and Research Project, coordenado por Nickianne Moody e Val Williamson.

O segundo bloco aponta para perguntas de identificação e de caracterização de práticas e de atitudes de cidadania. De forma global, foi inspirado em variáveis já testadas em dois estudos internacionais – O European Social Survey, em rigor o módulo (rotativo) 'Cidadania, Associativismo e Democracia' aplicado em 2002; e o International Social Survey Programme, em rigor o módulo 'Cidadania', aplicado em 2004 – possibilitando a comparação de resultados. A bateria de perguntas foi construída focando práticas e atitudes de cidadania e associativismo, práticas eleitorais, posicionamento ideológico, confiança e valores sociais.

O terceiro bloco inclui perguntas de identificação e caracterização sociográfica do aluno e de identificação e caracterização sociográfica do seu núcleo familiar (pai e mãe). Aqui, evidenciam-se indicadores de caracterização do perfil social e académico do inquirido, e de caracterização das suas origens sociais.

A prova de literacia mediática

A prova de literacia mediática, cuja resolução implica a interpretação e construção/desconstrução narrativa da informação contida em vários (tipos de) materiais impressos (isto é, avaliação de competências práticas (técnicas/utilitárias), cognitivas (críticas) e comunicativas, traduzidas na identificação e análise, na compreensão e avaliação, e na comunicação de mensagens mediáticas em vários formatos e de vários géneros: *understanding media*), combina conceitos teórico-metodológicos da Sociologia e das Ciências da Comunicação: parte dos mais importantes e reconhecidos estudos internacionais de literacia para os estudos centrados na literacia mediática e nos media. Foram tidos muito particularmente em atenção critérios do “Study Assessment Criteria for Media Literacy Levels”, desenvolvido pela European Association for Viewers Interests (EAVI) para a Comissão Europeia, em 2009; do documento “Literacy for the 21st Century”, disponibilizado pelo Center for Media Literacy, em 2003; e de “Theory of Media Literacy: A Cognitive Approach” (2004) e “Media Literacy” (2005) de W. James Potter.

A prova foi operacionalizada a partir de um modelo baseado nas três dimensões consideradas basilares da literacia mediática (competências práticas; competências cognitivas; competências comunicativas) e em quatro domínios operacionais de processamento da informação (aceder e usar; identificar e analisar; compreender e avaliar; criar e sintetizar).

Tendo por linhas-condutoras de trabalho as três dimensões e os quatro domínios de operações de processamento, e com vista à sua medição, procedeu-se à construção de indicadores, que, em rigor, podemos designar aqui por ‘tarefas’ (por exemplo, “classificar um texto”, “distinguir conteúdos” ou “escrever um texto”). A prova encontra-se organizada em quatro blocos de tarefas. A realização dessas tarefas implica, em cada momento e de forma diversa, capacidade de processamento de informação jornalística disponibilizada num único veículo: o jornal (impresso). Vários tipos de conteúdos ou ‘modos narrativos’ a que chamamos géneros jornalísticos (como a notícias, a reportagem, a entrevista, o artigo de opinião ou o *fait-divers*, mas também a infografia, a fotografia ou o cartoon) servem de base à medição: os suportes. A selecção de cada um desses suportes impressos esteve, como é evidente, relacionada com a construção das tarefas sujeitas a medição, tendo em atenção distintos graus de dificuldade (hierarquizados por dimensão e por domínio operacional).

A cada um dos suportes corresponde a realização de um determinado número de tarefas, isto é, de actividades a desenvolver, organizadas numa escala de dificuldade. A cada tarefa (com determinado grau de dificuldade) é atribuída uma pontuação. No final, o que se pretende é o enquadramento numa tipologia de ‘perfis de literacia’, após a validação de dados.

Duas notas importantes: A informação acerca de boa parte dos indicadores do primeiro desses domínios operacionais (‘aceder e usar’) é recolhida através do inquérito por questionário, nomeadamente dos indicadores que se referem a consumos mediáticos; para se operacionalizar a terceira dimensão, ‘competências comunicativas’, e o domínio correspondente, ‘criar e sintetizar’, apela-se necessariamente a um conhecimento (mínimo) de linguagens e formatos narrativos, isto é, de modos de expressão e de partilha de informação próprios dos media.

A amostra

No que respeita à amostra, o procedimento passou pela construção em várias etapas, garantindo a representação da diversidade que caracteriza a população universitária na Grande Lisboa (NUTS III) – sub-área geográfica que reúne o maior número de jovens universitários e a maior diversidade de oferta formativa em território nacional.

Para a sua construção tomou-se por referência a Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação (CNAEF) – Portaria nº 256/2005.

Numa primeira fase, determinou-se o número de alunos desse universo (alunos inscritos no sector e subsistema de ensino: Público – Universitário), por áreas científicas principais (grupos) e NUTS III (Grande Lisboa). Numa segunda fase, calculou-se o peso de cada uma das áreas científicas. Depois, determinou-se o número de estudantes a inquirir por licenciatura, procurando assegurar que o número de inquiridos em cada curso fosse proporcional ao seu peso relativo.

Simultaneamente, procurou-se que o peso de cada uma das instituições de ensino superior envolvidas (Clássica, Nova, Técnica, ISCTE-IUL) fosse proporcional ao seu peso no conjunto.

Notas finais

Um trabalho de investigação com as características de “Literacia Mediática e Cidadania: Perfis de estudantes universitários da Grande Lisboa” destaca-se, na academia ou fora dela, por particularidades que oportunamente importa realçar. Em primeiro lugar, assume-se como projecto pluridisciplinar e pluridimensional, apelando/problematizando conceitos e estratégias metodológicas de investigação de duas áreas científicas das ciências sociais e humanas: Sociologia e Ciências da Comunicação. Essa abordagem, ao integrar cientificamente dois domínios de conhecimento, procura “um modo de olhar que se quer aberto” (Lalanda, 1998: 872), que se quer plural. Mas a pluralidade carrega consigo intensidade e complexidade, e nem sempre é fácil de gerir. Na verdade, existe (e persiste) uma tensão teórica entre as duas áreas científicas de balizam esta investigação.

Em segundo lugar, ao nível empírico e operacional, refira-se que a necessidade de obter informação sobre um número muito alargado de elementos (e falamos tanto do número de indicadores relacionados com competências e práticas de ‘literacia mediática’ como com o número de indicadores relacionados com práticas e atitudes de ‘cidadania’), junto de um número muito alargado de inquiridos (600 a 750 indivíduos) parece constituir o principal problema. O acesso aos alunos de licenciatura nem sempre se tem revelado fácil e o elevado número de indicadores que compõem o inquérito por questionário e a prova de literacia mediática tem tradução em tempos de resposta morosos (em média, superiores a uma hora).

Em terceiro lugar, a construção de medidas de avaliação directa de competências de literacia mediática revela subjectividade – e revela também a cultura profissional do seu autor – a que é necessário estar muito atento. Minimizar e controlar essa subjectividade passa pela construção de *frameworks*, de grelhas teóricas de análise e interpretação bastante rígidas: a análise e a interpretação dos dados obtidos podem revelar-se problemáticas se a grelha teórica de análise e interpretação das respostas dos inquiridos não se revelar bem consolidada.

Bibliografia

Alexander, J. (2006). *The Civil Sphere*. New York: Oxford University Press

Ávila, P. (2007), 'Literacia e Desigualdades Sociais na Sociedade do Conhecimento', In A. F. Costa, F. L. Machado & P. Ávila (Orgs.), **Sociedade e Conhecimento** (*Portugal no Contexto Europeu, Vol. II*), Lisboa: Celta Editora, pp. 21 – 44

Ávila, P. (2008a). *A Literacia dos Adultos – Competências-chave na Sociedade do Conhecimento*. Oeiras: Celta

Ávila, P. (2008b), 'Os Contextos da Literacia: Percursos de Vida, Aprendizagem de Competências-Chave dos Adultos Pouco Escolarizados'. *Sociologia*, 17/18: 307-337

Beck, U., A. Giddens & S. Lash (2000). *Modernização Reflexiva. Política, Tradição e Estética no Mundo Moderno*. Oeiras: Celta

Benavente, Ana et al. (1996). *A Literacia em Portugal: Resultados de Uma Pesquisa Extensiva e Monográfica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

Buckingham, D. (2003). *Media Education: Literacy, Learning and Contemporary Culture*. Cambridge: Polity Press

Cabral, M. V. (1997). *Cidadania Política e Equidade Social em Portugal*. Oeiras: Celta

Cabral, M. V. & J. M. Pais (Coords.) (1998). *Jovens Portugueses de Hoje*. Oeiras: Celta

Cardoso, G. (2006). *Os Media na Sociedade em Rede*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

Cardoso, G., R. Espanha & V. Araújo (2009). *Da Comunicação de Massa à Comunicação em Rede*. Porto: Porto Editora

Casanova, J. L. (2004). *Naturezas Sociais. Diversidade e Orientações Sociais na Sociedade Portuguesa*. Oeiras: Celta

Castells, M. (2002). *A Sociedade em Rede. A Era da Informação. Economia, Sociedade e Cultura*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

Castells, M. (2004). *A Galáxia Internet: Reflexões sobre Internet, Negócios e Sociedade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

- Clark, T. & M. Rempel (Eds.) (1998). *Citizen Politics in Post-Industrial Societies*. Boulder: Westview
- Clark, T. & A. M. McCright (2006). *Community and Ecology*. Amsterdam/Boston: Jai/Elsevier
- Costa, A. F., F. L. Machado & P. Ávila (Orgs.) (2007). *Portugal no Contexto Europeu. Vol. II: Sociedade e Conhecimento*. Oeiras: Celta
- Dalton, R. J. (2009). *The Good Citizen. How a Younger Generation is Reshaping American Politics* [Revised Edition]. Washington: CQ Press
- Eisenstadt, S. N. (2007). *Múltiplas Modernidades*. Lisboa: Livros Horizonte
- Enguita, M. F. (2007). *Educação e Transformação Social*. Mangualde: Edições Pedagogo
- Fraser, N. & A. Honneth (2003). *Redistribution or Recognition? A Political-Philosophical Exchange*. London: Verso
- Fraser, N. (2009). *Scales of Justice: Reimagining Political Space in a Globalizing World*. New York: Columbia University Press
- Freire, A. & P. Magalhães (2002). *A Abstenção Eleitoral em Portugal*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais
- Giddens, A. (1992). *As Consequências da Modernidade*. Oeiras: Celta
- Giddens, A. (1997). *Modernidade e Identidade Pessoal*. Oeiras: Celta
- Giddens, A. (2000). *O Mundo na Era da Globalização*. Lisboa: Editorial Presença
- Gomes, M. C. (2003). 'Literexclusão na Vida Quotidiana'. *Sociologia – Problemas e Práticas*, 41: 63-92
- Inglehart, R. & C. Welzel (2005). *Modernization, Cultural Change and Democracy*. New York/Cambridge: Cambridge University Press
- Inglehart, R., C. Welzel, C. Haerpfer & P. Bernhagen (Ed.) (2009). *Democratization*. Oxford. Oxford University Press

- Kist, W. (2005). *New Literacies in Action: Teaching and Learning in Multiple Media*. New York: Teachers College Press
- Lahire, B. (2003). *O Homem Plural. As Molas da Acção*. Lisboa: Instituto Piaget
- Lalanda, P. (1998), 'Sobre a Metodologia Qualitativa na Pesquisa Sociológica'. *Análise Social*, XXXIII (148): 871-883
- Livingstone, S. (Ed.) (2005). *Audiences and Publics: When Cultural Engagement Matters for the Public Sphere*. Bristol: Intellect Press
- Livingstone, S. (2007). 'Media Literacy and the Challenge of New Information and Communications Technologies'. *The Communication Review*, 7: 3-14
- Lyon, D. (1992). *A Sociedade da Informação*. Oeiras: Celta
- Masterman, L. (1985). *Teaching the Media*. London: Comedia
- Mozzicafreddo, J. (1997). *Estado-Providência e Cidadania em Portugal*. Oeiras: Celta
- Negreiros, J. T. (2004). *Fantasmas ao Espelho. Modos de Auto-Representação dos Jornalistas*. Coimbra: Minerva
- Morin, E. (2001). *Seven Complex Lessons in Education for the Future*. Paris: UNESCO
- Oliveira, J. M. P. (1988). *Formas de 'Censura Oculta' na Imprensa Escrita em Portugal no Pós 25 de Abril (1974-1987)*. Lisboa: ISCTE-IUL [dissertação para tese de doutoramento em Sociologia]
- Pais, J. M. (1999). *Consciência Histórica e Identidade. Os Jovens Portugueses num Contexto Europeu*. Oeiras: Celta/Secretaria de Estado da Juventude
- Pinto, M. (1999). 'A Formação para o Exercício da Cidadania numa Sociedade Mediatizada" (comunicação apresentada na conferência internacional 'Os Cidadãos e a Sociedade da Informação', no Centro Cultural de Belém, em Lisboa, 9 e 10 de Dezembro).
- Disponível em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/3067>
- Pinto, M. (2002). 'Informação, Conhecimento e Cidadania – A Educação Escolar como Espaço de Interrogação e de Construção de Sentido' (intervenção na conferência internacional sobre

'Cruzamento de Saberes. Aprendizagens Sustentáveis', na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, 27 e 28 de Novembro)

Disponível em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/2758>

Potter, W. J. (2004). *Theory of Media Literacy: A Cognitive Approach*. London: Sage Publications

Potter, W. J. (2005). *Media Literacy*. London: Sage Publications

Reia-Baptista, V. (2009). 'Media Literacy and Media Appropriations by youth', In AAVV, *Media Literacy in Europe. Controversies, Challenges and Perspectives*, Bruxelles: EuroMeduc, pp. 161 - 165

Reis, F. (1997). 'Da Antropologia da Escrita à Literacia: Algumas Reflexões sobre o Estudo Nacional de Literacia'. *Educação, Sociedade & Culturas*, 8: 105 -120

Sebastião, J. et al. (sd). *Estudos Internacionais de Literacia de Adultos: Resultados Comparados e Problemas Metodológicos*. Lisboa: ISCTE-IUL [Texto policopiado]. 1-17

Selber, S. (2004). *Multiliteracies for a Digital Age*. Carbondale: Southern Illinois University Press

Stehr, N. (1994) *Knowledge Societies*. Londres: Sage

Thoman, E. & T. Jolls (2004). *Media Literacy – A National Priority for a Changing World*. Center for Media Literacy. Disponível em: <http://www.medialit.org/reading-room/media-literacy-national-priority-changing-world>

Tornero, J. M. P. (2005). *Promoting Digital Literacy*. Brussels. European Commission

Tornero, J. M. P. (Coord.) (2007). *Comunicação e Educação na Sociedade da Informação: Novas Linguagens e Consciência Crítica*. Porto: Porto Editora

Vala, J., M. V. Cabral & A. Ramos (2003). *Valores Sociais: Mudanças e Contrastes em Portugal e na Europa*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais

Vala, J. & A. Torres (Orgs.) (2006). *Contextos e Atitudes Sociais na Europa*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais

Viegas, J. M. L. & A. F. Costa (Orgs.) (1998). *Portugal – Que Modernidade?*. Oeiras: Celta

Viegas, J. M. L. e E. Dias (orgs.) (2000). *Cidadania, Integração, Globalização*. Oeiras: Celta

Vieira, M. M. (Org.) (2007). *Escola, Jovens e Media*. Lisboa: ICS

¹ Comissão Europeia (2007): "Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: Uma abordagem Europeia da Literacia Mediática no Ambiente Digital"

² Comissão das Comunidades Europeias (2009): "Recomendação da Comissão sobre Literacia Mediática no Ambiente Digital para Uma Indústria Audiovisual e de Conteúdos Mais Competitiva e Uma Sociedade do Conhecimento Inclusiva"

³ Idem

⁴ Conselho da União Europeia (2008): "Conclusões do Conselho de 22 de Maio de 2008 sobre Uma Abordagem Europeia da Literacia Mediática no Ambiente Digital"